

Economia em 97 causa polêmica

GAZETA MERCANTIL

por Sílvio Ribas
de Belo Horizonte

O desempenho do Plano Real neste ano depende do resultado da votação da emenda da reeleição. O consenso entre os economistas mineiros acaba aí. Já a polêmica começa nas medidas que deverão ser adotadas pelo governo federal em seguida. O ex-ministro da Fazenda e Planejamento Paulo Haddad vê 1997 como "um ano sem riscos" para o plano de estabilização, com a manutenção da tendência de crescimento moderado e queda nos índices inflacionários.

Mas o secretário da Comissão Estadual de Desestatização, Sebastião Marcos Vital, aposta na tese de que o persistente déficit público acabará obrigando a equipe econômica a "dar um tranco" na economia, depois de garantida a chance de nova candidatura de Fernando Henrique Cardoso à Presidência da República. "O governo gastou no ano passado US\$ 30 bilhões que não possuía, através da emissão de moeda e títulos da dívida pública." Haddad e Vital participaram ontem de um debate na faculdade de ciências gerenciais UNA, nesta capital.

A liberalização gradual no crédito e no desempenho da economia brasileira, verificada a partir do último trimestre, foi apenas instrumento do governo "para viabilizar um plano nacional de sedução", avalia Vital. A realidade, contudo, aponta para a contenção na demanda com aumento das taxas de juro ou, se for possível, a aprovação imediata das reformas constitucionais. "Hoje, o ajuste fiscal é a mais desejada das reformas, mas também a menos provável", diz.

O economista argumenta que o ritmo de financiamento da dívida pública poderá despertar, a qualquer momento, a desconfiança do mercado financeiro internacional ou mesmo da nação, até agora "apoio fundamental para o controle dos preços". "Até quando o governo poderá contar com capitais externos para pagar desequilíbrios domésticos?", questiona. Essa situação "pode estourar por qualquer fato trivial", como uma der-

rota governista no Congresso ou manobra econômica equivocada.

Paulo Haddad enxerga o quadro com mais otimismo. Não acredita em medidas recessivas neste ano, pois o governo "tem condições de continuar financiando o déficit e espaço para flexibilizar a banda cambial, mais rapidamente que a inflação". Ele aposta na aprovação da reeleição neste mês e das reformas constitucionais ainda no primeiro semestre. Além disso, acha que a União irá reduzir em 1997 parte de suas dívidas com os US\$ 16 bilhões que poderão obter nas privatizações.

Sebastião Vital prevê que ficará evidente a expansão da base monetária pós-Real, de 30% em 1996, período em que a inflação ficou em torno de 10%. A excessiva liquidez da economia, gerada pelo próprio go-

verno, só não causou inflação até agora porque a velocidade de circulação do dinheiro diminuiu drasticamente. Outra "bomba de efeito retardado" poderão ser os efeitos da fuga gociação das dívidas dos estados, que alongou seu perfil por trinta anos com juros anuais subsidiados de 6%.

Ele lamenta que o Real, "primeiro plano de estabilização econômica bem-sucedido na história, sustentado pelo apoio popular", tenha sido um sucesso absoluto na substituição monetária, mas esteja "sustentado por câmbio engessado e taxas de juro elevadas". Além disso, Vital ressalta que não houve nenhum avanço nos campos fiscal e tributário, expondo um "fracasso no controle do déficit público, restando ao governo apenas a política monetária e, grosseiramente, de comércio exterior".